

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.465 - RS (2015/0164649-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : ANA CRISTINA FONSECA RODRIGUEZ  
**RECORRENTE** : EDUARDO NUNES ROCA  
**ADVOGADO** : ADILSON MACHADO - RS045588  
**RECORRIDO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADOS** : CLÓVIS KONFLANZ E OUTRO(S) - RS022871  
LAURINDA MARIA ANDRADES SAMURIO - RS006674  
**RECORRIDO** : CAIXA SEGURADORA S/A  
**ADVOGADO** : DAMIANA BLANCO LOPES E OUTRO(S) - RS055145

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ANA CRISTINA FONSECA RODRIGUES E OUTRO, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

*"CIVIL. FINANCIAMENTO HABITACIONAL. SALDO DEVEDOR. TR. PES. COEFICIENTE DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL. TABELA PRICE. AMORTIZAÇÕES NEGATIVAS. ANATOCISMO. SEGURO. COMPENSAÇÃO. RESTITUIÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. HONORÁRIOS DO PATRONO DA PARTE EXCLUÍDA DA LIDE.*

*O Plano de Equivalência Salarial destina-se, exclusivamente, a regradar a forma de reajustamento das prestações, sendo inaplicável como critério de reajuste do saldo devedor.*

*É legal a utilização da TR no cálculo de correção do saldo devedor de contratos que prevejam, para este fim, o mesmo critério de atualização das contas de caderneta de poupança.*

*Independente de previsão contratual, é legal a cobrança do Coeficiente de Equiparação Salarial - CES no cálculo da integralidade do encargo mensal, mesmo antes do advento da Lei nº 8.692/93.*

*Não implica acréscimo do valor da dívida o sistema de amortização em que o saldo devedor é atualizado antes da dedução do valor da prestação.*

*Diferentemente da existência de previsão no contrato de incidência de uma taxa de juros nominal e outra efetiva (forma de cálculo simples ou composta), ou do sistema de amortização, o que a lei repudia é a prática de anatocismo, caracterizada pela cobrança de juros sobre capital renovado, ou seja, sobre montante de juros não pagos, já resultantes da incidência de juros compostos (capitalizados), que ocorre quando o valor do encargo mensal revela-se insuficiente para liquidar até mesmo a parcela de juros, dando causa às chamadas 'amortizações negativas'.*

*Inexistindo prova de qualquer outro aumento das taxas de seguro além daqueles devidamente praticados aos encargos mensais, corretos os valores cobrados a este título.*

*Não havendo prova da má-fé do agente mutuante, descabe cogitar*

*compensação ou devolução de valores em dobro.*

*Consagrada, pela 2ª Seção deste Tribunal, a possibilidade de, ante a fixação de sucumbência recíproca total, deixar-se de fixar honorários de sucumbência.*

*Constatada a ocorrência, no decurso do contrato em exame, de amortizações negativas, deve ser mantida a condenação de exclusão da cobrança de juros sobre juros, vedando-se a incorporação, ao montante principal da dívida, dos valores que, a este título, deixaram de ser pagos e assegurando-se, em decorrência do direito essencial de todo devedor ao pagamento da dívida e, especialmente no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, com fulcro nas Leis nº 4.380/64 e 8.692/93, que os valores pagos pelos mutuários sejam destinados, prioritariamente, à quitação dos acessórios, parcela de amortização e, por último, dos juros.*

*Como consequência da exclusão da lide da Caixa Seguradora S/A, por não ter dado causa à discussão judicial, deve ser a parte autora condenada ao pagamento dos honorários advocatícios devidos ao patrono dessa seguradora, cujo valor fixo em dois salários mínimos vigentes à época da prolação da sentença, atualizáveis mediante o índice aplicável na justiça federal" (e-STJ fls. 859/860).*

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 869/875).

Nas razões do recurso especial, além de dissídio jurisprudencial, os recorrentes alegam violação dos seguintes dispositivos, com as respectivas teses:

(i) artigos 5º da Lei nº 4.380/1964, 9º do Decreto-Lei nº 2164/1984 e da Súmula nº 295/STJ: por que a imperatividade do Plano de Equivalência Salarial por Categoria Profissional (PES) para o reajuste do saldo devedor, para a manutenção do equilíbrio atuarial, e a consequente inaplicabilidade dos índices ilegais da Taxa Referencial (TR) deve ser reconhecida, tendo em vista que o contrato de financiamento foi celebrado antes da Lei nº 8.177/1991;

(ii) artigo 4º do Decreto nº 22.626/1933 e da Súmula nº 121/STF: a capitalização mensal de juros pela aplicação da Tabela Price deve ser afastada;

(iii) artigo 6º, "c", da Lei nº 4.380/1964: a amortização do saldo devedor deve ocorrer antes da atualização monetária e da incidência de juros;

(iv) Artigo 8º da Lei nº 8.692/1993 e 122 do Código Civil: a cobrança do Coeficiente de Equiparação Salarial - CES é ilegítima, porquanto foi instituído em 1993 e o contrato foi firmado em 1989;

(v) artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor: o indébito deve ser devolvido em dobro;

(vi) artigo 778 do Código Civil: o valor do seguro deve ser recalculado de acordo com a Tabela da SUSEP e conforme os mesmos índices de reajuste das prestações; e

# *Superior Tribunal de Justiça*

(vii) artigo 20 do Código de Processo Civil/1973 e 23 da Lei nº 8.906/1994: aduz que deve ser reconhecida a sua sucumbência mínima no presente caso e que a ação não foi proposta contra a Caixa Seguradora S.A., a qual foi incluída e excluída por determinação judicial.

Citam precedentes do Superior Tribunal de Justiça como acórdãos paradigmas da controvérsia.

A Caixa Seguradora S.A. apresentou contrarrazões (e-STJ fls. 1.063/1.079).

O recurso foi admitido.

É o relatório.

## **DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Trata-se, na origem, de ação revisional c/c antecipação de tutela ajuizada por Eduardo Nunes Roca e Ana Cristina Rodrigues Roca objetivando a revisão do contrato de mútuo hipotecário para que as prestações sejam recalculadas nos seguintes termos:

**transcrever fl. 749**

O magistrado de primeiro grau julgou extinta a demanda em relação à Caixa Seguradora S.A. e, no mérito, deu parcial provimento ao pedido para reconhecer o direito à revisão dos autores para determinar

**transcrever fls. 767 (parte final) e 768.**

O Tribunal de origem, por sua vez, negou provimento ao apelo da parte autora e da Caixa Econômica Federal e deu provimento à apelação da Caixa Seguradora S.A. para condenar os autores a lhe pagar honorários advocatícios em razão de sua exclusão da lide.

Irresignados, os recorrentes buscam a reforma do julgado.

De início, no tocante à legalidade da TR como índice de atualização do saldo devedor, observa-se que o aresto recorrido decidiu em conformidade com a jurisprudência consolidada desta Corte Superior, firmada no Resp 969.129/MG, julgado no rito do recurso repetitivo.

Eis a ementa do julgado:

**"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. SISTEMA FINANCEIRO DA**

**HABITAÇÃO. TAXA REFERENCIAL (TR). LEGALIDADE. SEGURO HABITACIONAL. CONTRATAÇÃO OBRIGATÓRIA COM O AGENTE FINANCEIRO OU POR SEGURADORA POR ELE INDICADA. VENDA CASADA CONFIGURADA.**

*1. Para os efeitos do art. 543-C do CPC: 1.1. No âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, a partir da Lei 8.177/91, é permitida a utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária do saldo devedor. Ainda que o contrato tenha sido firmado antes da Lei n.º 8.177/91, também é cabível a aplicação da TR, desde que haja previsão contratual de correção monetária pela taxa básica de remuneração dos depósitos em poupança, sem nenhum outro índice específico.*

*1.2. É necessária a contratação do seguro habitacional, no âmbito do SFH. Contudo, não há obrigatoriedade de que o mutuário contrate o referido seguro diretamente com o agente financeiro, ou por seguradora indicada por este, exigência esta que configura "venda casada", vedada pelo art. 39, inciso I, do CDC.*

*2. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, provido" (REsp 969.129/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 15/12/2009).*

Registra-se, ainda, que também é pacífica a orientação de que o saldo devedor não pode ser atualizado pelo Plano de Equivalência Salarial, porquanto cabível apenas para o reajustamento das prestações.

Nesse sentido:

**"DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO CPC/73. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIOS VINCULADO AO SFH. TABELA PRICE. TAXA EFETIVA DE JUROS. REAJUSTE DO SALDO DEVEDOR. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

*(...)*

*3. A existência de uma taxa de juros efetiva, paralela à nominal, não implica, necessariamente, cobrança de juros capitalizados.*

*Precedentes.*

**4. O PES, quando contratado, somente pode ser aplicado para reajustar o valor das prestações mensais do financiamento, e não o do saldo devedor, em relação ao qual incide a TR, desde que pactuada a mesma forma de reajuste da caderneta de poupança. Precedentes.**

**5. Agravo regimental não provido" (AgRg nos EDcl no REsp 1.487.083/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 25/10/2018).**

Quanto ao Coeficiente de Equiparação Salarial (CES), este Tribunal Superior admite sua validade quando estiver previsto no contrato.

Confira-se:

**"DIREITO BANCÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO**

*RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL. SFH. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE.*

*1. Cuida-se, na origem, de ação de revisão de contrato de mútuo habitacional com pacto adjeto de hipoteca, firmado entre as partes no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH.*

*(...)*

*6. A cobrança do CES - Coeficiente de Equiparação Salarial é válida quando existir expressa previsão contratual, mesmo antes da Lei 8.692/93. Contudo, não é cabível examinar se houve expressa previsão contratual do encargo na espécie, ante a vedação contida na Súmula 5/STJ.*

*7. Agravo interno não provido" (AgInt no REsp 1.464.564/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 27/03/2019).*

No caso concreto, o aresto recorrido concluiu que o contrato celebrado entre as partes previa a utilização do CES, de modo que a revisão quanto ao ponto esbarra no óbice da Súmula nº 5/STJ.

Por outro lado, o sistema de prévio reajuste e posterior amortização do saldo devedor dos contratos de financiamento imobiliário firmados no âmbito do SFH não fere o equilíbrio contratual e está de acordo com a legislação em vigor, consoante entendimento da Súmula nº 450/STJ.

A propósito:

*"SFH. AGRAVO INTERNO. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEM A CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO-LEI 70/66. CONSOANTE A ITERATIVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ, É POSSÍVEL A UTILIZAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL- TR NA ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR DE CONTRATO VINCULADO AO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO, AINDA QUE FIRMADO ANTERIORMENTE AO ADVENTO DA LEI Nº 8.177/91, DESDE QUE PACTUADO O MESMO ÍNDICE APLICÁVEL À CADERNETA DE POUPANÇA. SÚMULA Nº 454/STJ. NÃO COMPETE AO STJ VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS COM A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA SACRE, POR FORÇA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. O SISTEMA DE PRÉVIO REAJUSTE E POSTERIOR AMORTIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO FIRMADOS NO ÂMBITO DO SFH NÃO FERE O EQUILÍBRIO CONTRATUAL E ESTÁ DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.*

*(...)*

*3. O sistema de prévio reajuste e posterior amortização do saldo devedor dos contratos de financiamento imobiliário firmados no âmbito do SFH não fere o equilíbrio contratual e está de acordo com a legislação em*

*vigor. Inteligência da Súmula nº 450/STJ. (AgRg no AREsp 749.560/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 14/12/2015)*

*4. Agravo interno não provido" (AgInt no REsp 1.223.651/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 1/12/2016, DJe 7/12/2016).*

Ademais, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, não cabe aferir se há capitalização de juros com a utilização da Tabela Price, haja vista o disposto na Súmula nºs 5 e 7/STJ.

Sobre o tema:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. 'TABELA PRICE'. AFASTAMENTO. DECISÃO NÃO FUNDAMENTADA NO CDC. AUSÊNCIA DO INTERESSE DE RECORRER. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA N. 284 DO STF. REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*(...)*

*4. 'Nos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, é vedada a capitalização de juros em qualquer periodicidade. Não cabe ao STJ, todavia, aferir se há capitalização de juros com a utilização da Tabela Price, por força das Súmulas 5 e 7' (REsp n. 1.070.297/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/9/2009, DJe 18/9/2009 - tese fixada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973).*

*5. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 748.828/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 30/05/2019 - grifou-se).*

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. REVISÃO DO JULGADO. ANÁLISE DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 7 DO STJ. TABELA PRICE. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL E REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. INCIDÊNCIA DO COEFICIENTE DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL - CES. EXISTÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

*(...)*

*2. A análise da existência de capitalização de juros no sistema de amortização da Tabela Price afigura-se inviável na via estreita do recurso especial, pois a modificação do julgado esbarra no óbice da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

3. O Coeficiente de Equiparação Salarial - CES só pode ser exigido quando previsto contratualmente, o que se verifica no presente caso, conforme destacado pelo aresto hostilizado.

4. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 923.438/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 28/11/2016 - grifou-se).

Inconteste, portanto, a consonância do acórdão recorrido com a jurisprudência desta Corte Superior, circunstância que atrai a incidência do enunciado nº 568 da Súmula do STJ.

Relativamente à ausência de cobrança do seguro de acordo as regras das SUSEP, extrai-se do acórdão recorrido trecho no qual se observa que a cobrança do prêmio foi feita de acordo com o contrato firmado entre as partes.

Eis o excerto:

*"(...) A autora somente alega que os valores cobrados pela instituição financeira superam os que de fato seriam devidos, mas não há nos autos nenhuma prova de excesso.*

*A regra geral é que estes valores sejam automaticamente reajustáveis pelo mesmo critério dos encargos mensais, embora possam sofrer aumentos não necessariamente vinculados a tal critério, como, por exemplo, os decorrentes de Circulares da SUSEP que, em novembro/89, majorou os prêmios de seguro de contratos assinados até 28.02.1986 em 90% (Circular nº 24) e, em 1999, reduziu-os pelo índice de 60% do valor vigente em maio/94 (Circular nº 06). Assim, mesmo que se constate a correção dos reajustes aplicados às prestações, podem as taxas de seguro não estarem sendo cobradas pelo valor devido e, conseqüentemente, repercutirem nos valores finais dos encargos mensais.*

*Como no caso específico não houve nenhum outro aumento, exceto os automáticos, decorrentes dos reajustes dos encargos, tenho por corretos os valores cobrados a este título" (e-STJ fls. 850/851).*

Desse modo, quaisquer mudanças no decidido se tornam inviáveis, a teor dos verbetes nºs 5 e 7/STJ.

No mesmo sentido:

**"SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. COBERTURA PELO FCVS. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC AUSENTE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. AMORTIZAÇÕES NEGATIVAS. COBRANÇA DE SEGURO. OBSERVÂNCIA ÀS NORMAS DA SUSEP. ACÓRDÃO FULCRADO NAS PROVAS E NO CONTRATO. SÚMULAS 5 E 7/STJ.**

(...)

**II - No que se refere à ocorrência de capitalização dos juros (pretensa violação ao art. 4º do DL nº 22.626/33) e à ausência de cobrança do seguro de acordo com as regras da SUSEP (suposta afronta**

*ao art. 778 do CC/02), tem-se que o acórdão recorrido ancorou-se no substrato fático-probatório dos autos para afastar a ocorrência in casu de amortizações negativas bem como para afirmar que a cobrança dos prêmios de seguro está-se dando de acordo com o contrato, de sorte que incidentes os verbetes nºs 5 e 7 da Súmula deste STJ no particular.*

*(...)*

*IV - Agravo regimental improvido" (AgRg nos EDcl no REsp 996.166/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/06/2008, DJe 25/06/2008).*

Já em relação ao pedido de repetição em dobro dos valores pagos a maior, o aresto recorrido decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte ao entender por seu cabimento apenas quando demonstrada má-fé do agente mutuante, o que não se verificou no presente caso.

Por fim, no que concerne aos honorários sucumbenciais, a análise do quantitativo em que autor e réu saíram vencedores ou vencidos na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca, esbarra no óbice da Súmula nº 7/STJ.

Nesse rumo:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COBRANÇAS DE COTAS CONDOMINIAIS. RESPONSABILIDADE DO LOCATÁRIO. REEXAME DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA Nº 283/STF. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ.*

*1. A reforma do julgado que concluiu ser do locatário a responsabilidade pelo pagamento de cotas condominiais, demandaria o reexame do contexto fático-probatório e a interpretação de cláusulas contratuais, procedimentos vedados na estreita via do recurso especial, a teor das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.*

*2. A teor da Súmula nº 283/STF, aplicada por analogia, não se admite recurso especial quando a decisão recorrida assenta-se em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*

*3. A análise do quantitativo em que autor e réu saíram vencedores ou vencidos na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca, esbarra no óbice da Súmula nº 7/STJ. Precedentes 4. Consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.*

*5. Agravo regimental não provido."*

*(AgRg no AREsp 790.049/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 04/02/2016)*

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE TÍTULOS C/C INDENIZATÓRIA. 1. ALEGAÇÃO DE*



*VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO EXPRESSO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA DO ESPECIAL. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 3. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. MODIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. 4. DISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ÓBICE PREVISTO NO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DESTA CORTE. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

*1. É inviável a análise, em recurso especial, de ofensa a dispositivos constitucionais, porquanto a competência desta Corte restringe-se à interpretação e uniformização do direito infraconstitucional federal, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal. Precedentes.*

*2. Encontrando-se o acórdão estadual satisfatoriamente fundamentado, não havendo nenhuma omissão no decisum, não há que se falar em violação do art. 535, II, do CPC/1973.*

*3. A alteração da conclusão adotada pela Corte de origem quanto à não configuração do dano moral na espécie demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto no enunciado sumular n. 7 desta Corte Superior.*

*4. A aferição da existência de sucumbência mínima ou recíproca, com a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda, também encontra óbice na Súmula 7/STJ.*

*5. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 896.450/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 11/10/2016)

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial para, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator